Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Regional mestrado e doutorado

DOI: 10.17058/redes.v24i3.14126

Estratégias Alimentares de Famílias Rurais Pobres na Região Oeste de Santa Catarina[1]

Andréia Tecchio
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

Ademir Antonio Cazella
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

Eric Pierre Sabourin
Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Dével – Montpellier – França

Geneviève Cortes
Université Paul Valéry Montpellier 3– Montpellier – França

Resumo
A sociedade civil brasileira contribuiu na concepção da Segurança Alimentar e Nutricional e, a partir de 2003, na formulação e gestão de políticas públicas específicas. Essa noção defende o direito das pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades básicas. Com base nessa

[1] A elaboração deste artigo baseia-se em temas desenvolvidos pela primeira autora na dissertação de mestrado e na tese de doutorado realizadas, respectivamente, junto aos Programas de Pós-Graduação em Agroecossistemas, da Universidade Federal de Santa Catarina e de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além disso, apoia-se nos resultados parciais do projeto de pesquisa Gouvernance Alimentaire et Pratiques des ménages agricoles: une approche par les flux d'approvisionnement alimentaire et la multi-localisation familiale (Gapra), financiado pelo Programa Glofoods ((Institut national de la recherche agronomique (INRA) e Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement (CIRAD), do qual todos os autores participam. A primeira versão do artigo foi publicada nos anais da The Third International Conference "Agriculture and Food in na Urbanizing Society", realizada em Porto Alegre, entre 17 e 21 de setembro de 2018.

Fontes De Financiamento Do Artigo
Agradecemos as seguintes instituições pelo auxílio financeiro às pesquisas que embasaram esse trabalho: Comitê Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Metaprogramme Glofoods (Institut national de la recherche agronomique (INRA) e Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement (CIRAD)).

perspectiva, este artigo tem por objetivo analisar as estratégias alimentares de famílias rurais pobres. A análise fundamenta-se em pesquisas realizadas em dezesseis municípios com características rurais da região Oeste de Santa Catarina, junto a 67 famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família entre 2011 e 2018. Os resultados indicam que as famílias pobres adotam diversas estratégias de aprovisionamento de alimentos, com destaque para quatro mecanismos: i) produção tanto em áreas rurais quanto no perímetro urbano; ii) aquisição em mercados que permitem o pagamento a prazo; iii) empréstimo, troca e doação junto a familiares e/ou vizinhos; e iv) doação de empregadores, igrejas e prefeituras. Nenhuma família estava passando fome, mas quase todas viviam em situação de insegurança alimentar, além de se privarem de outras necessidades básicas em prol da alimentação. O conjunto de políticas públicas melhorou a alimentação das famílias rurais pobres, todavia, não foi suficiente para assegurar o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, uma vez que não removeu os principais condicionantes da pobreza, que é o acesso a terra e a mecanismos de inserção produtiva.
Palavras-chave: Pobreza. Segurança Alimentar e Nutricional. Autoconsumo. Brasil.

Food Strategies of Poor Rural Families in the West Region of Santa Catarina

Abstract
Brazilian civil society contributed to the conception of Food and Nutrition Security and, as of 2003, in the formulation and management of specific public policies. This notion defends people's right to regular and permanent access to quality food in sufficient quantity, without compromising other basic needs. This paper aims to analyze the food strategies of poor rural families. The analysis is based on research carried out in sixteen municipalities with rural characteristics of the West Region of Santa Catarina, applied to 67 families assisted by the Bolsa Família Program between 2011 and 2018. The results indicate that poor families adopt different strategies of food supply, with emphasis on four mechanisms: i) production in both rural and urban areas; ii) acquisition in markets that allow payment in installments; iii) loan, exchange and donation with relatives and / or neighbors; and iv) donation of employers, churches and city halls. No family was starving, but most were living in food insecurity, and were deprived of other basic needs for food. The set of public policies was not enough to ensure access to food in quantity, quality and diversity, since it did not propose to remove the main determinants of poverty: the lack of access to land and to productive insertion mechanisms.
Keywords: Poverty. Food and Nutrition Security. Self-consumption. Brazil.

Estrategias Alimentarias de Familias Rurales Pobres en la Región Oeste de Santa Catarina

Resumen
La sociedad civil brasileña contribuyó en la concepción del concepto de Seguridad Alimentaria y Nutricional y, a partir de 2003, en la formulación y gestión de políticas públicas específicas. Esta noción defiende el derecho de las personas al acceso regular y permanente a alimentos de calidad y en cantidad suficiente, sin comprometer otras necesidades básicas. Este trabajo tiene por objetivo analizar las estrategias alimentarias de familias rurales pobres. El análisis se basa en investigaciones realizadas en dieciséis municipios con características rurales de la Región Oeste de Santa Catarina, junto a 67 familias asistidas por el Programa Bolsa Familia entre 2011 y 2018. Los resultados indican que las familias los pobres adoptan diversas estrategias de abastecimiento de alimentos, con destaque para cuatro mecanismos: i) producción tanto en áreas rurales como en el perímetro urbano; ii) adquisición en mercados que permiten el pago a plazo; iii) préstamo, intercambio y donación junto a familiares y / o vecinos; y iv) donación de empleadores, iglesias y

prefecturas. Ninguna familia estaba pasando hambre, pero casi todas vivían en situación de inseguridad alimentaria, además de privarse de otras necesidades básicas en favor de la alimentación. De hecho, el conjunto de políticas públicas no fue suficiente para asegurar el acceso a los alimentos en cantidad, calidad y diversidad, ya que no se propuso remover los principales condicionantes de la pobreza, a saber, el acceso a tierra y a mecanismos de inserción productiva.
Palabras clave: Pobreza. Seguridad Alimentaria y Nutricional. Autoconsumo. Brasil.

1 Introdução

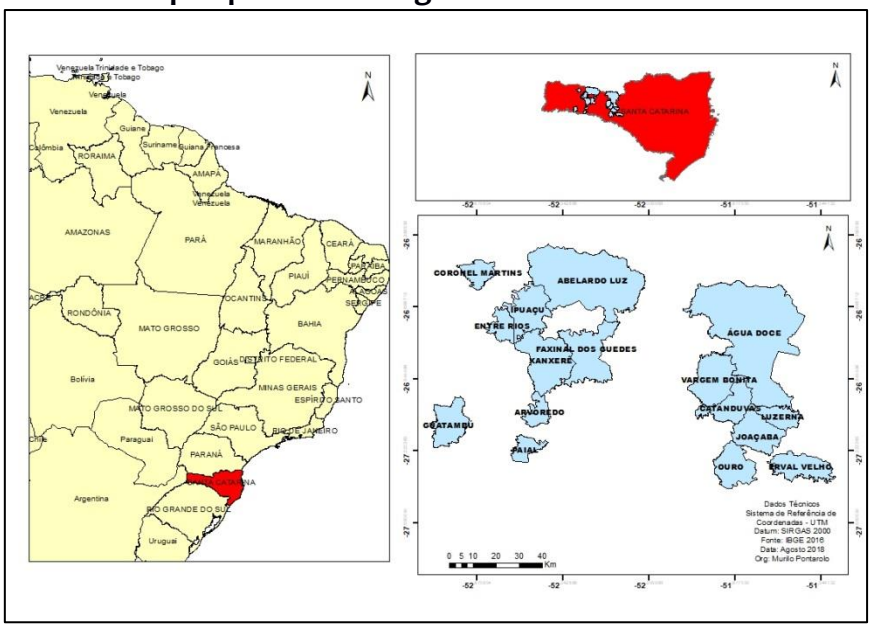
No que concerne à intervenção pública governamental de enfrentamento da pobreza e de promoção da segurança alimentar e nutricional, o Brasil inovou durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao implementar um conjunto de políticas no marco do Programa Fome Zero. Os objetivos desse Programa consistiam em garantir o direito das pessoas à alimentação adequada em quantidade e qualidade, por meio de políticas de proteção social, distribuição de renda e fortalecimento da agricultura familiar, impulsionando as ações estratégicas de enfrentamento da pobreza rural e urbana (FAO, 2014; GRISA, SCHNEIDER, 2015).

Diante desse quadro inovador de políticas públicas, o objetivo principal deste artigo consiste em analisar as principais estratégias adotadas por famílias rurais pobres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) para se aprovisionar com alimentos. O propósito consiste em analisar que ações prioritárias são empreendidas por essas famílias para assegurar a alimentação dos seus membros, dentre as quais as modalidades de acesso às políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural. O fato de que muito pouco se sabe sobre as principais estratégias de reprodução social de aproximadamente um quarto das famílias rurais brasileiras que atendem os critérios da Lei da Agricultura Familiar[2] e são tributárias do PBF (CAZELLA *et al*., 2016), justifica a escolha dessas famílias como objeto de análise.

O recorte geográfico adotado para a pesquisa de campo é formado por dezesseis municípios da região Oeste de Santa Catarina. Essa região foi selecionada por possuir um contingente expressivo de agricultores familiares, populações indígenas e assentados pela reforma agrária que vivem em situações de pobreza, *vis-à-vis* às condições sociais e econômicas da região e do estado. A pesquisa de campo foi realizada em três etapas entre 2011 e 2018, período em que os autores deste artigo participaram de distintos projetos de pesquisa na região Oeste de Santa Catarina, tratando, entre outras, da questão da pobreza e da segurança alimentar e nutricional. A Figura 01, a seguir, apresenta a localização geográfica de Santa Catarina no Brasil e dos municípios pesquisados na região Oeste do estado.

[2] A Lei n° 11.326, vigente desde julho de 2006, considera como agricultores familiares os que possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra predominantemente familiar, renda familiar gerada na sua maior parte pelas atividades agropecuárias e gerenciamento do estabelecimento efetuado pela própria família. Além desses, são considerados como integrantes dessa categoria, os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas, os pescadores artesanais e os indígenas que praticam agricultura ou extrativismo (BRASIL, 2006).

Figura 1. Localização geográfica de Santa Catarina no Brasil e dos municípios pesquisados na região Oeste do estado



Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Os municípios pesquisados possuem em comum a importância do setor primário para a economia, elevada incidência da condição de pobreza indicada pelo número de famílias assistidas pelo PBF, bem como concentração de agricultores familiares, assentados pela reforma agrária e povos tradicionais (indígenas e caboclos[3]). Todavia, as características demográficas são distintas, sendo que nos municípios pouco populosos (menos de 7.000 habitantes), a densidade demográfica é baixa, a exemplo de 5,30 hab./km² em Água Doce (IBGE, 2010). Já os municípios mais populosos (mais de 20.000 habitantes), a densidade demográfica é alta, com cerca de 116 hab./km² em Joaçaba e Xanxerê (IBGE, 2010). Esses municípios representam polos regionais, por concentrarem indústrias e serviços inexistentes nos demais. Cabe destacar que a escolha dos municípios buscou contemplar a diversidade de condições nas quais as famílias pobres habitam, visando identificar a heterogeneidade das situações vivenciadas.

No total, foram entrevistadas 67 famílias assistidas pelo PBF, sendo 45 residentes no meio rural e 22 na periferia dos perímetros definidos como urbanos desses municípios. A seleção das famílias entrevistadas considerou critérios de representatividade da diversidade de situações de vivência da pobreza, como composição familiar, localização próxima ou distante de centros urbanos e profissões exercidas. Essa tarefa, bem como a localização das famílias, contou com apoio das Secretarias Municipais de Assistência Social, órgão público responsável pelo PBF na esfera municipal. Nas três etapas de pesquisa de campo, questionários semiestruturados foram utilizados para a coleta de informações, com o propósito de compreender níveis subjetivos do cotidiano vivido pelas famílias pobres. Além disso, as aplicações dos questionários foram gravadas e transcritas.

[3] As populações caboclas não são reconhecidas pelo Estado como "povos tradicionais", embora possuam fortes característica para tanto, como evidenciou Podelesky (2014).

Quase todas as entrevistas para preenchimento dos questionários ocorreram nas casas das famílias, sendo que as informações foram prestadas por um dos provedores do sustento da família, geralmente a mulher. Não obstante, em praticamente todos os casos, houve a participação de mais de um integrante da família, como filhos, cônjuges e/ou vizinhos. O tempo de permanência com cada família variou de quarenta minutos a três horas, pois as pessoas reagiram diferentemente diante do fato de serem inqueridas sobre o seu cotidiano familiar. Em algumas entrevistas, as respostas foram objetivas, já em outras, as pessoas detalharam situações vivenciadas ou que estavam vivenciando.

Além desta introdução e da conclusão, cinco partes compõem a estrutura do artigo. A primeira apresenta uma síntese das políticas de enfrentamento da pobreza empreendidas no país entre 2003 e 2016. A segunda discute os conceitos de segurança alimentar e nutricional e de pobreza utilizados na análise das informações coletada na pesquisa de campo. A terceira aborda o contexto da formação social e espacial da região Oeste de Santa Catarina como forma de entender a persistência de pobreza no meio rural dessa região. A quarta discute as principais estratégias de aprovisionamento de alimentos adotadas por famílias rurais e periurbanas pobres dessa região. A quinta parte examina o acesso dessas famílias às políticas públicas de natureza produtiva e assistencial.

2 Ações públicas recentes de enfrentamento da pobreza no Brasil

Instituído em 2003, o PBF foi uma das principais ações que integrou o Programa Fome Zero. Três eixos de intervenção representaram os pilares desse Programa, a saber: i) transferência de renda para aliviar imediatamente a pobreza e a extrema pobreza; ii) as condicionalidades, que são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias quanto pelo Estado, visando a ampliar o acesso dessas famílias aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social; e, iii) ações e programas complementares, que objetivam contribuir para que as famílias beneficiárias superem a condição de pobreza (MDS, 2015a).

A linha da pobreza extrema adotada desde 2015 para elegibilidade em relação ao benefício do PBF corresponde à renda domiciliar *per capita* de até R$ 89,00 e a linha da pobreza congrega famílias que possuem renda familiar *per capita* entre R$ 89,01 e 178,00 (MDS, 2015a). No Bolsa Família, as mulheres são as responsáveis nominais do benefício, bem como para cumprir as condicionalidades impostas pelo Governo Federal (MARIANO, CARLOTO, 2009), que consistem em: i) fazer o Cadastro Único; ii) atualizar este Cadastro sempre que houver alguma alteração na situação familiar, como mudança de endereço, modificação na composição da família e nos rendimentos; iii) receber os recursos financeiros repassados pelo Governo Federal e aplicar os mesmos em prol do conjunto familiar; iv) manter as crianças e os adolescentes de seis a dezessete anos na escola; v) acompanhar a saúde de crianças com menos de sete anos, de grávidas e de nutrizes, e vi) participar em reuniões e demais atividades programadas pela equipe municipal de assistência social responsável pela execução do PBF (MDS, 2015b; MARIANO, CARLOTO, 2009).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), outra iniciativa do Programa Fome Zero, também foi instituído em 2003. Esse Programa promove o acesso aos alimentos às populações em situação de vulnerabilidade social por meio de compras públicas de agricultores familiares a preço garantido (GRISA, ZIMMERMANN, 2015). O Governo Federal adquire alimentos produzidos por agricultores que atendam aos critérios da Lei da Agricultura Familiar e repassa para organizações que assistem populações em situação de risco alimentar. O valor pago aos agricultores é definido com base nos preços praticados na região.

Associado ao PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou, recentemente, por reformulações para fortalecer o propósito de o Estado comprar alimentos de agricultores familiares. No Brasil, as primeiras ideias de alimentação escolar fomentada pelo governo surgiram na década de 1940. Entretanto, um programa de merenda escolar financiado pelo Estado somente foi implementado nos anos 1950. O PNAE, segundo a denominação adotada em 1979, passou por mudanças significativas em 2009. Dentre elas, no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar da região (TRICHES, 2015).

A implementação de políticas públicas focadas na redução da fome e da pobreza teve continuidade no governo de Dilma Roussef (2011-2016) com a criação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Esse Plano foi instituído em 2011 com a finalidade de assistir famílias pobres já atendidas pelo Bolsa Família, por meio da melhoria no acesso a saúde, educação e emprego (FAO, 2014; MALUF, 2013). No meio rural, o PBSM atende as populações pobres e extremamente pobres[4] por meio de uma ação complementar denominada Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Esse Programa combina a transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis com ações de acompanhamento social e produtivo para as famílias rurais investirem em projetos produtivos (PACÍFICO, 2016; MDS, 2017). A implementação dessas duas iniciativas articuladas objetiva ampliar e diversificar a produção de alimentos, bem como fortalecer as atividades geradoras de renda e, dessa maneira, melhorar a segurança alimentar e nutricional e contribuir no enfrentamento da pobreza (MDS, 2017).

Com esse conjunto de ações, o Brasil saiu do Mapa da Fome divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2014 e deixou de integrar a lista de países que têm mais de 5% da população ingerindo quantidades de calorias abaixo do recomendado (FAO, 2014). Além disso, segundo Soares *et al*. (2016), entre 2004 e 2013, a extrema pobreza caiu de 7,6% para 4,0% e a pobreza de 22,4% para 8,9%. Recentemente, essa situação está se invertendo, provavelmente, influenciada pelo desmonte das políticas públicas de enfrentamento da pobreza e de promoção da segurança alimentar e nutricional. De

[4] O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais beneficia famílias residentes no meio rural por meio de duas modalidades. A "modalidade semiárido" atende as famílias classificadas pelo Bolsa Família como extremamente pobres e pobres, residentes na região do Semiárido. O valor recebido por essas famílias é de até R$ 3.000,00, efetuado em duas parcelas. Por sua vez, as famílias extremamente pobres das demais regiões brasileiras são assistidas pela "modalidade tradicional", cujo valor do benefício é de R$ 2.400,00, transferido em duas parcelas (MDS, 2017).

acordo com o IBGE (2018), em 2016, a proporção de pessoas pobres no Brasil que era de 25,7%, subiu para 26,5% em 2017. Nesse mesmo período, a extrema pobreza passou de 6,6% para 7,4%. Em números absolutos, em 2017, 54,8 milhões de pessoas viviam na condição de pobreza e 15,2 milhões na extrema pobreza.

3 A construção do conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil e o enfoque sobre a pobreza

O baixo consumo alimentar é o principal indicador objetivo de pobreza. Quando as pessoas não possuem acesso regular a uma alimentação adequada em relação à quantidade e qualidade nutricional se originam fenômenos como a desnutrição e a fome, denotando a condição de pobreza (MALUF, MENEZES, MARQUES, 2017; MALUF, 2011).

A questão da pobreza e, consequentemente, as diversas políticas públicas implementadas para o seu enfrentamento tiveram suas formulações associadas a uma marcante participação de organizações da sociedade civil implicadas com o assunto. Após discussões entre representantes do governo e da sociedade civil organizada, ocorridas especialmente durante o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional de 2003 e a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de 2004, as políticas públicas adotaram a seguinte definição para segurança alimentar e nutricional:

> a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (MALUF, 2011, p. 17)

A falta ou a escassez de renda é a concepção mais imediata e generalizada da pobreza (LAVINAS, 2002). Para se compreender tal fenômeno, conceituamos a pobreza absoluta e a pobreza relativa, cujas diferenças não são evidentes de serem entendidas e delimitadas em termos práticos. A pobreza relativa indica a dimensão da desigualdade social de uma população centrada na distribuição de renda, determinada pela porcentagem de pessoas que possuem renda inferior à renda média. É explicitada de acordo com o padrão de vida vigente na sociedade, que determina como pobres, os indivíduos situados na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhores posicionadas. A definição da pobreza relativa requer contextualização, a exemplo da definição pelo cálculo da renda *per capita* de uma dada população. Em outras palavras, significa definir o conjunto de pessoas para as quais as necessidades mínimas estão garantidas, mas que são pobres em relação ao conjunto (ou à média) da população (SÉLIMANOVSKI, 2008; ROCHA, 2006; LAVINAS, 2002).

Já a pobreza absoluta refere-se à fixação de um padrão mínimo de vida ligado à sobrevivência física de uma pessoa. Vivem na pobreza ou na extrema pobreza, as pessoas cujas rendas não são suficientes para atender a esse padrão mínimo de vida (ROCHA, 2006; LAVINAS, 2002). O cálculo da linha da pobreza ou da pobreza extrema considera a renda necessária para suprir apenas as necessidades

nutricionais. Por sua vez, a linha da pobreza inclui nesse cálculo o valor dos alimentos e de outras despesas, a exemplo de moradia, vestuário e transporte (ROCHA, 2006; BELIK, GRAZIANO DA SILVA, TAKAGI, 2001).

A mensuração da pobreza consiste em identificar e separar a população total entre os pobres e os não pobres, a partir da combinação de diversos indicadores de pobreza em uma única medida. As dificuldades metodológicas impostas dizem respeito à associação de diferentes variáveis e à disponibilidade de indicadores que representem a situação de cada sociedade. Embora existam diversos métodos de mensuração, a maioria dos países identifica a quantidade de pobres a partir do baixo nível de renda (ROCHA, 2006). O Brasil nunca adotou oficialmente uma linha de pobreza e de indigência. Todavia, de acordo com Mattei (2013), a grande maioria dos estudos, pesquisas e trabalhos científicos utiliza a pobreza absoluta como conceito operacional para aferir a grandeza do fenômeno, e a metodologia empregada é a renda monetária *per capita* das famílias. Contribui para isso, a maior disponibilidade e frequentes atualizações dos dados estatísticos concernentes à renda. O PBF e, mais recentemente, o PBSM são as principais políticas públicas que adotaram a renda como critério de mensuração da pobreza.

A insuficiência de recursos financeiros é a base da grande maioria das situações de pobreza, entretanto existem diversas formas de mensurá-la, além da dimensão financeira (CASTEL, 1994). Na perspectiva crítica ao estabelecimento da linha da pobreza como única forma de aferir esse fenômeno, se intensificou no final do século XX, a concepção da pobreza como privação relativa (SEN, 2008; 2000). A partir dessa noção, os indivíduos são relativamente pobres se não conseguem obter condições de vida como alimentos, moradia e serviços adequados à sua participação na sociedade, de acordo com os costumes locais. As privações podem ocorrer em diversas esferas da vida, como por exemplo, no trabalho, na determinação da posição que uma pessoa ocupa na sociedade, na casa, na família e na vizinhança, bem como no cumprimento de obrigações sociais (TOWNSEND, 2006; 1993).

A formulação de Amartya Sen (2008; 2000) sobre o tema corrobora com a compreensão de que a pobreza pode ser concebida como privação de capacidades básicas ao invés de simplesmente como baixa renda. Essa perspectiva não nega o fato de que a baixa renda é um dos principais indicadores de pobreza, uma vez que pode ser a principal causa da privação de capacidades de um indivíduo. Para Sen, além da privação de renda, a pobreza implica restrições de recursos materiais e de acesso aos serviços sociais, como alimentação, saúde, educação, habitação, saneamento básico, entre outros. Além disso, considera essencial que as pessoas possam participar da sociedade, cumprir suas obrigações e estabelecer relações sociais, de acordo com os costumes e as normas vigentes em cada local.

As capacidades básicas se traduzem em liberdades substantivas que propiciam às pessoas a possibilidade de escolherem o tipo de vida que valorizam. Em outras palavras, as capacidades das pessoas podem ser aumentadas quando elas dispõem de liberdades, que, por sua vez, dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas, por intermédio dos serviços de saúde e educação e dos direitos civis, como a liberdade de participar de discussões públicas. A privação de uma liberdade, porém, implica na privação de outras liberdades: "a privação da liberdade econômica pode gerar a privação de

liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica" (SEN, 2000, p. 23).

4 Formação social e espacial da Região Oeste de Santa Catarina

A formação socioespacial do Oeste de Santa Catarina pode ser analisada em três fases de ocupação, cada qual com protagonismo de povos étnicos distintos. A primeira fase é caraterizada pela ocupação indígena e começou a ser modificada no século XVII, com grandes transformações no século XIX, momento em que Portugal decidiu ocupar a atual região Sul do Brasil. Naquele período, a demanda por mulas e bovinos aumentou em função da expansão da mineração em Minas Gerais e das lavouras de café na atual região Sudeste (NÖTZOLD, 2003; D'ANGELIS, 1995). Na primeira metade do século XX, o alto valor comercial que a madeira passou a ter no mercado e o aumento considerável da expansão agrícola na região Sul do Brasil, motivou os governos dos três estados do Sul a efetuarem uma redução drástica das terras indígenas (D'ANGELIS, 1995).

As populações caboclas, originárias da miscigenação étnica entre índios, luso-brasileiros e ex-escravos negros, caracterizam a segunda fase de povoamento da região Oeste de Santa Catarina, que se deu a partir do século XIX. Para essa etnia, uma das estratégias de reprodução social consistia na família ampla, com a qual mantinha sistemas de reciprocidade. A lógica da agricultura praticada visava o sustento da família por meio da caça, pesca, coletas e extrativismo de erva-mate e de madeira. Na entressafra da erva-mate, se dedicavam à lavoura e à criação de animais para o consumo doméstico (RENK, 2006).

O nomadismo era uma característica muito presente na cultura cabocla e na sua concepção, ao se estabelecerem com um pequeno rancho e uma pequena roça em terras devolutas ou de particulares, adquiriam o direito da propriedade (RENK, 2006; NÖTZOLD, 2003). No início do século XX, as empresas privadas apoiadas pelo Estado aumentaram o interesse na apropriação de terras devolutas, motivadas pela oportunidade de vendê-las para os descendentes de imigrantes europeus, os denominados "colonos", e de explorar madeira e erva-mate. Esse processo impactou a forma de vida dos caboclos e deu início a um longo período de luta pela posse e uso das terras.

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, iniciada em 1897, representou um símbolo da modernidade desejada pelas autoridades brasileiras e catarinenses da época. Acreditava-se que somente com a ocupação da região por pessoas com "espírito empreendedor" e qualificadas para o trabalho é que se alcançaria a condição ideal almejada ao país. Como forma de pagamento à empresa estrangeira *Brazil Railway Company*, construtora da ferrovia, o governo brasileiro cedeu faixas de terra de até quinze quilômetros de cada lado da linha férrea, além de autorizar a exploração de toda a madeira nelas existente. Oficialmente, essas terras eram consideradas devolutas, mas, na realidade, eram ocupadas por famílias de agricultores posseiros há várias gerações, que se tornaram protagonistas da Guerra do Contestado ocorrida entre 1912 e1916 (VALENTINI; RADIN, 2011).

A Guerra do Contestado (1912-1916) se desencadeou nas regiões Oeste e Planalto de Santa Catarina e do Paraná e mobilizou, de um lado, a empresa construtora da estrada de ferro e sua milícia particular, que contou com o apoio do

Exército brasileiro. Do outro lado, estavam os posseiros, em sua maioria de origem cabocla, possuidores de terras não documentadas e com valores culturais avessos à sua mercantilização (VALENTINI, RADIN, 2011). Essa Guerra foi um dos maiores conflitos sociais da história do Brasil, pois atingiu a extensão de 22.000 km² e uma população de mais de 150 mil habitantes (MACHADO, 2012; 2011). Após quatro anos de confronto, seu término em 1916 resultou na principal transformação socioespacial sofrida pelas famílias caboclas, que culminou na morte de milhares de pessoas sem ter solucionado a questão básica de ocupação da terra para essas famílias.

Na concepção dominante do início do século XX, os indígenas e os caboclos não atendiam as expectativas capitalistas necessárias para transformar o Brasil em uma nação moderna e avançada, pois não produziam excedentes para o mercado. Esses povos eram rotulados como não civilizados, representantes do atraso (VALENTINI, RADIN, 2011) e estigmatizados como menos dedicados ao trabalho (RENK, 1991). Essa concepção justificou a "limpeza étnica" ocorrida durante todo o período de ocupação da região por meio da ação de empresas colonizadoras. O Governo de Santa Catarina intensificou a colonização da Região Oeste com a vinda de descendentes de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul. Esses se dedicaram basicamente à agricultura e introduziram um novo sistema baseado na acumulação econômica, provocando uma ruptura, não sem conflitos, com o sistema tradicional de posse e uso da terra praticado pela etnia cabocla (VALENTINI, RADIN, 2012; RENK, 2006).

A colonização da região Oeste de Santa Catarina representa a terceira fase de ocupação. A estrutura agrária implementada foi baseada em estabelecimentos rurais de aproximadamente 24,2 hectares (uma colônia) e os colonos estabeleceram sistemas produtivos diversificados centrados no uso de mão de obra familiar. Os colonos levaram para essa região as práticas desenvolvidas no Rio Grande do Sul, que consistiam em associar a agricultura à produção de pequenos animais em suas propriedades, especialmente a produção de milho para a alimentação de suínos. A partir dos anos 1970, esse modelo passou por transformações profundas e deu origem ao sistema de integração desses agricultores com agroindústrias especializadas na transformação de suínos e aves (ROVER, 2009).

O elevado dinamismo socioeconômico da região Oeste de Santa Catarina é ditado, sobretudo, por essas agroindústrias, que têm a agricultura familiar de descendentes de colonos como a principal fornecedora de matéria-prima. O sistema de integração vertical de um número expressivo de agricultores familiares com agroindústrias de médio e grande porte representa o lastro da economia local. Os principais "produtos" do sistema de integração são aves, suínos e fumo. Recentemente, teve-se o incremento da produção de leite, transformando a região numa importante bacia leiteira. A produção de grãos também é significativa, com destaque para os cultivos de soja e milho, que ocupam as maiores áreas e valores de produção de lavouras. A atividade extrativista destaca-se com a produção de madeira extraída de reflorestamentos de *pinus* e de erva-mate.

Os processos excludentes de ocupação da terra e de inserção nos novos mercados agropecuários na região explicam, em grande parte, a existência de um importante contingente de famílias de agricultores assentadas pela reforma agrária. A região é reconhecida pela expressiva atuação de sindicatos de trabalhadores

rurais e de movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que iniciaram na década de 1980 um vigoroso trabalho de mobilização política junto a famílias rurais sem-terra ou com dificuldades de se reproduzir socialmente. Muitas das famílias assentadas, embora tenham melhorado de forma significativa suas condições de vida, não conseguiram alcançar um estado de bem-estar considerado satisfatório, permanecendo na condição de pobreza.

O estudo de elementos históricos, políticos e socioeconômicos denota que a configuração social e espacial dessa região tem como característica a luta pelo controle e uso da terra, principal meio de produção para as populações rurais. Nessa luta, os indígenas e agricultores familiares de origem cabocla foram gradativamente expropriados de suas terras e integram o expressivo contingente de famílias em situação de pobreza no Oeste de Santa Catarina.

5 Estratégias de aprovisionamento de alimentos de famílias rurais pobres

O conjunto de políticas públicas de enfrentamento da pobreza e de promoção da segurança alimentar e nutricional implementado pelo Governo Federal a partir do início da década de 2000, não removeu o principal condicionante da pobreza na região Oeste de Santa Catarina, que é o acesso a terra (TECCHIO, 2017; 2012). Do total de 67 famílias entrevistadas no quadro deste estudo, 64 eram caboclas ou indígenas, etnias que mais sofreram expropriação de suas terras ao longo da história.

No que concerne especificamente ao acesso a terra, do universo de famílias entrevistadas, 45 habitam em áreas rurais, não obstante, a produção de alimentos para o autoconsumo representava uma prática possível somente para 25 desse total (55,6%). A análise por estrato de área indica que doze famílias produzem alimentos em áreas com menos de 2 ha, e seis possuem entre 2 e menos de 10 ha. A exceção fica por conta de algumas famílias indígenas e sete famílias assentadas pela reforma agrária, as quais possuem entre 15 e 20 ha de terra.

Essas 25 famílias acessaram a terra por intermédio de aquisição com recursos próprios, herança, política de reforma agrária, concessão por familiares e posse de sítios (área de terra) em Terras Indígenas (TECCHIO, 2017, 2012; MELO, 2015). Em quase todos os casos, pelo menos um integrante, geralmente o homem, trabalha parte do tempo como diarista em atividades agropecuárias e/ou na construção civil, pois nenhuma delas se viabiliza economicamente a partir das atividades agropecuárias empreendidas no interior do estabelecimento rural. A maioria das mulheres tem como atividade principal os afazeres domésticos e cuidados dos filhos, pois historicamente, na divisão de trabalho por gênero, são incumbidas dessa função, sendo que a produção de alimentos para o autoconsumo figura como atividade secundária.

Outro aspecto relevante é o fato de 20 famílias que habitam em zonas rurais possuírem acesso muito restrito à terra[5]. A maioria reside em lotes de até 100m² acessados de formas bastante distintas: herança de familiares; concessão por

[5] Consideramos que possuem acesso restrito a terra, às famílias residentes no meio rural ou urbano, cujo espaço disponível possibilita a produção de uma pequena quantidade de alimento de origem vegetal e/ou a criação de pequenos animais destinados ao autoconsumo.

empregadores ou familiares; aquisição com recursos próprios; pagamento de aluguel; doação de ex-empregadores; bem como ocupação nas sedes comunitárias de assentamentos da reforma agrária[6], em antigas vilas de serrarias que deixaram de funcionar e em áreas cedidas por proprietários de ervateiras, onde residem prestadores de serviços no corte de erva-mate (TECCHIO, 2017, 2012; MELO, 2015).

Entre essas famílias que moram em pequenos lotes no meio rural, o homem, geralmente, trabalha como assalariado em atividades agropecuárias, a exemplo de granjas de criação de suínos e aves integradas às agroindústrias; em frigoríficos de carnes; no corte de erva-mate ou como diarista em diversas atividades no meio rural ou urbano. As mulheres dificilmente possuem trabalho remunerado, pois se ocupam das atividades domésticas, uma vez que a localização das suas moradias não permite o acesso a meios de transporte adequados para se deslocar até as cidades, onde a maioria dos postos de trabalho são ofertados. No espaço rural, essas mulheres são preteridas em relação aos homens, sob alegação de que não possuem a força física necessária para executar atividades agrícolas como assalariadas.

Das 22 famílias entrevistadas que residem em pequenos lotes em bairros periurbanos, dezesseis possuem acesso restrito a áreas para o cultivo de alimentos e seis não produzem alimentos por residirem em áreas de risco ambiental ou em conjuntos habitacionais, cujas casas foram financiadas pela Política Nacional de Habitação de Interesse Social. Na maioria dos casos, os homens trabalham como diaristas em atividades agropecuárias, construção civil e ocupações diversas. As mulheres, quando conseguem trabalhar fora de casa, fazem faxinas em alguns períodos da semana, pois não podem se ausentar da casa por muito tempo por conta das atividades domésticas e cuidados dos filhos. Uma parcela significativa dessa famílias não possui documento de posse da terra ou escritura do lote, salvo as que foram assentadas pela reforma agrária. Essa situação acarreta a preocupação constante com ações de despejo.

Boa parte das famílias que possui acesso restrito a área de terra para a produção de alimentos, independentemente de habitar no meio rural ou em bairros periféricos, reside em locais concedidos por familiares, como pais e irmãos. Esse tipo de reciprocidade[7] foi denominado por Vianna (1989), em estudo pioneiro realizado nos primeiros assentamentos de reforma agrária no Sul do País, de "encosto". Trata-se de uma relação entre parentes e compadres, que consiste na cedência de uma área da parte de quem possui terra para o parente ou compadre despossuído desse bem para residir e, muitas vezes, cultivar. Nos casos analisados neste estudo, o fato da terra ser concedida, limita ou até mesmo impede a produção de alimentos pela falta de espaço físico ou de autonomia sobre a área, pois essas famílias não são as "donas" do local. Na maioria da situações, a relação de "encosto" permite tão somente residir no local.

[6] Trata-se de filhos de assentados que não conseguem se reproduzir socialmente na área de terra que os pais receberam por meio da reforma agrária, e que optaram por morar perto de familiares, visando, dentre outras razões, a manutenção de relações de reciprocidade.

[7] Com base em Sabourin (2011), entende-se por reciprocidade a solidariedade e a hospitalidade sem cálculo ou transação em relação ao aluguel, pagamento de serviços, doação de produtos a parentes, compadres e vizinhos, entre outros.

Como vimos, nem todas as famílias entrevistadas dispõem de terra, não obstante, a produção de alimentos se constitui em uma importante estratégia de aprovisionamento. Os principais alimentos de origem vegetal produzidos pelas famílias pobres são a couve-de-folhas, temperos, alface, abóbora, amendoim, mandioca, batata-doce, milho, feijão e plantas medicinais. Entre os alimentos vegetais que podem ser extraídos da natureza, algumas famílias coletam pinhão e retiram plantas medicinais da mata. Uma estratégia adotada por algumas famílias - habitantes do meio rural e urbano - para poder produzir alimentos ou para ampliar a área de cultivo, consiste no estabelecimento de relações de reciprocidade com parentes e vizinhos, fazendo uso de áreas de terras disponibilizadas. Essas parcerias permitem o cultivo de espécies que demandam uma quantidade maior de área. Nesses casos, não há pagamento de aluguel da terra em dinheiro, mas a retribuição com a doação de uma parte dos alimentos produzidos ou com a manutenção do lote limpo. Não se trata tampouco de um contrato oral de arrendamento ou parceria, com regras de pagamento ao proprietário da terra de um percentual da produção (meia, terça ou quarta parte). Essa retribuição não mercantil é regida por regras de reciprocidade e varia em cada situação (SABOURIN, 2011).

Os animais são criados por uma pequena quantidade das famílias entrevistadas que residem no meio rural. Como possuem pouca terra para cultivar alimentos a serem destinados aos animais, criam principalmente galinhas ao ar livre, espécie que exige menor aporte de alimentos e que obtém boa parte da sua dieta por conta própria. Geralmente, abatem um ou dois porcos por ano, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros para a aquisição de leitões e da quantidade de alimentos que conseguem produzir ou comprar para engordá-los. Os bovinos são criados por apenas quatro das 25 famílias que dispunham de terra e em quantidade reduzida por exigirem maior quantidade de pasto e alimentos.

A baixa fertilidade dos solos constitui outra limitação para a produção de alimentos em quase todas as famílias entrevistadas. Além disso, a falta de estrutura para cercar as hortas e abrigar os animais também limita a produção de alimentos. Quando tais estruturas existem, a precariedade e o improviso são notórios. As dificuldades para produzir alimentos estão associadas, também, à existência de poucos utensílios agrícolas para cultivar a terra, a exemplo trator, arado, carroça e plantadeira. Mesmo os equipamentos de tração animal são inexistentes na maioria dos casos. Quando necessário, tomam emprestados de familiares e vizinhos que habitam nas proximidades.

Praticamente todos os alimentos produzidos pelas famílias entrevistadas são destinados apenas para o autoconsumo e para as trocas, doações e empréstimos a parentes ou amigos. A produção para autoconsumo, mesmo em pequenas quantidades, é muito importante no orçamento doméstico, pois as famílias que os produzem, estimam que gastariam entre R$150,00 e R$800,00 por mês se tivessem que adquirí-los. Esses alimentos ampliam a diversidade nutricional da dieta familiar e, muitas vezes, são cultivados sem insumos químicos.

No meio rural, o enfrentamento da condição de pobreza passa por estratégias complexas, que buscam a melhoria da renda monetária e a produção agropecuária para o autoconsumo. Diversos estudos indicam que a produção para autoconsumo representa uma importante estratégia de reprodução social para as famílias de agricultores (BELIK, GRAZIANO DA SILVA, TAKAGI, 2001; GRISA,

SCHNEIDER, 2008; TECCHIO, CAZELLA, MATTEI, 2011; TECCHIO, 2017; 2012). No entanto, diferentemente do que o senso comum possa imaginar, nem todas as famílias rurais pobres dispõem das condições mínimas para produzir alimentos para o autoconsumo de forma significativa. A falta de acesso a terra em quantidade e qualidade adequada para o cultivo de alimentos constitui ainda a principal explicação para o fato de muitos desses agricultores não assegurarem sua alimentação de forma satisfatória (CAZELLA, 2003; TECCHIO, 2017; 2012).

A troca, a doação e o empréstimo de alimentos contribuem para a segurança alimentar e nutricional de famílias pobres e são práticas de reciprocidade recorrentes. Outro mecanismo importante é o recebimento de "cestas básicas" em momentos de crise, quando os recursos financeiros disponíveis não são suficientes para a aquisição de alimentos. Essas "cestas" são doadas por igrejas, empregadores e, principalmente, administrações municipais, cujas secretarias de assistência social estabelecem critérios de atribuição desse tipo de auxílio emergencial. De maneira geral, são atendidas em prioridade famílias numerosas, monoparentais ou com algum integrante impedido de trabalhar devido a problemas de saúde ou desemprego temporário.

As frequentes migrações representam outro aspecto que interfere na segurança alimentar e nutricional das famílias estudadas. O conceito de migração adotado neste estudo corresponde a mudança de residência temporária ou definitiva em busca de melhor acesso a serviços públicos, condições de trabalho e oportunidades de emprego (CORTES, 1998). Das 67 famílias pesquisadas 56 (85%) migraram, pelo menos, uma vez após a constituição inicial das famílias nucleares.

Independentemente da trajetória de migração (rural-urbana, urbana-rural, rural-rural, urbana-urbana), as famílias buscam melhores condições de trabalho e de emprego, além de acesso a serviços públicos de saúde, educação e transporte. Quando migram, ficam mais vulneráveis em relação à segurança alimentar e nutricional, pois não conseguem manter sementes e mudas para os cultivos, nem animais, que são vendidos para custear a mudança. Ademais, precisam de um certo tempo para reestabelecer uma nova rede de sociabilidade e solidariedade, que permita as trocas, empréstimos, doações de alimentos ou ajudas mútuas de trabalho ou serviços.

A maior parte dos alimentos que não é produzida pelas famílias pobres é adquirida em pequenos mercados. A prioridade é a compra da chamada "comida grosseira", que corresponde aos itens que integram uma cesta básica: farinha, arroz, feijão, óleo e leite. Geralmente, as famílias frequentam pequenos mercados próximos dos locais onde residem, cujos proprietários são seus conhecidos, o que possibilita o pagamento parcelado ou no mês seguinte. Esse sistema é mais frequente em caso de imprevistos, a exemplo de despesas para aquisição de medicamentos. Muitos desses estabelecimentos comerciais não cobram taxa extra para entrega dos produtos nas residências dos clientes. Se, por um lado, essa estratégia proporciona alguns benefícios, por outro, inviabiliza a aquisição de alimentos a partir do critério do menor preço. Em alguns casos, as famílias trocam com os proprietários desses mercados alimentos por elas produzidos, principalmente feijão e mandioca, por produtos que precisariam comprar. A aquisição de um "sacolão" composto por alimentos e produtos de higiêne e limpeza, entregues nas suas residências mensalmente por esses estabelecimentos

comerciais, é outra prática frequente. Nesses casos, não podem escolher os tipos e a qualidade dos produtos adquiridos.

Finalmente, independentemente do modo de obtenção ou do local de residência, a responsabilidade pelo aprovisionamento de alimentos recai de forma mais intensa sobre as mulheres. Conforme já mencionado, o fato dos homens exercerem, com mais frequência, trabalhos assalariados externos e das mulheres ficarem incumbidas dos afazeres domésticos e dos cuidados dos filhos explica, em grande parte, essa situação. Além disso, a gestão dos recursos financeiros repassados pelo Programa Bolsa Família, ao priorizar as mulheres, reforça essa incumbência. O peso das atividades domésticas priva as mulheres do acesso a trabalhos remunerados, obrigando-as a depender dos recursos financeiros do PBF e/ou das rendas dos cônjuges. Nesse sentido, as famílias monoparentais são mais vulneráveis em relação à segurança alimentar e nutricional, pois as mulheres são as únicas responsáveis pela provisão dos alimentos e de dinheiro para custear as despesas domésticas. Das 67 famílias entrevistadas, treze são monoparentais, o que representa um quinto do total.

Quanto aos hábitos alimentares, o consumo de feijão e arroz faz parte das duas principais refeições diárias (almoço e janta) de praticamente todas as famílias. O consumo de carne é extremamente baixo, com predomínio do consumo de carne de galinha, por ser a mais barata e, conforme visto acima, a espécie de animal mais presente nos sistemas produtivos dessas famílias. Mesmo que parte delas produza alimentos, as frutas e as verduras não estão presentes na dieta alimentar com regularidade e, frente à escassez, são fornecidas prioritariamente às crianças.

6 A influência das políticas públicas na segurança alimentar e nutricional

O PBF é apontado por diversos autores (CAMPELLO; NERI, 2013; REGO; PINZANI, 2013) como a principal política pública destinada às populações pobres, inclusive do meio rural, por atender de maneira imediata uma das questões mais emergenciais, que é o acesso aos alimentos. Por ter sido escolhido como indicador de pobreza neste estudo, o Bolsa Família beneficia todas as famílias inqueridas. Segundo elas, o dinheiro obtido por meio dessa política é investido prioritariamente para adquirir material escolar e roupas para as crianças e adolescentes que frequentam a escola. Note-se que esse quesito corresponde a uma das condicionalidades de quem é assistido pelo PBF. Todavia, em caso de haver algum problema na produção de alimentos ou no ingresso de renda devido ao desemprego temporário ou sazonalidade do trabalho, os recursos recebidos do Bolsa Família são utilizados para a provisão de alimentos, constituindo-se em uma garantia de que a família não vai passar fome.

No Brasil, conforme mencionado anteriormente, os programas de transferência de renda para o enfrentamento da pobreza elegeram as mulheres como foco prioritário de suas intervenções. Se, por um lado, as mulheres conseguem suprir as necessidades mais básicas da família, a exemplo da aquisição de alimentos, por outro, a obrigatoriedade de cumprir as condicionalidades do PBF, as torna menos disponíveis para o mercado de trabalho remunerado. Sobre esse tema, Mariano e Carloto (2009) criticam esse tipo de orientação, pois induz as mulheres a assumirem a maior parte das tarefas de reprodução social da família.

De um modo geral, as famílias ressaltaram a importância da melhoria da alimentação escolar por meio do fornecimento de alimentos produzidos pelos agricultores familiares e adquiridos por intermédio do PAA e/ou do PNAE. Segundo diversas entrevistadas, quando as crianças se alimentam bem na escola, diminui o consumo de alimentos em casa. Apesar de representar uma pequena economia na aquisição de alimentos, uma alimentação escolar de qualidade contribui para atenuar a preocupação com a alimentação dos filhos em domicílios que possuem orçamentos limitados. O benefício desses programas para as famílias pobres entrevistadas se dá pela melhoria da alimentação dos seus filhos, pois nenhuma delas comercializava alimentos por meio desses programas públicos.

Do universo de 67 famílias, apenas quatro acessaram políticas de inserção produtiva via o Programa Fomento às Atividades Rurais. Segundo informação repassada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), entre 2015 e 2018, apenas 672 famílias rurais catarinense foram assistidas por esse Programa, sendo 287 (43%) da região Oeste. Além da reduzida abrangência dessa política, decorrente de limitações orçamentárias, é sabido que a maioria das famílias extremamente pobres não fazem parte das redes sociotécnicas das principais organizações rurais responsáveis pela implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Soma-se a isso, o fato de que uma parte das famílias pobres de Santa Catarina está acima da linha da extrema pobreza, e outra, não dispõe de terra ou de autonomia sobre ela, mesmo morando no meio rural.

Os recursos financeiros não reembolsáveis do Programa Fomento às Atividades Rurais, comumente denominado pelos agentes financeiros e de extensão rural como sendo a "fundo perdido", foram investidos por três famílias em infraestrutura para produção de hortaliças, como cercado para horta, construção de estufa, instalação de sistema de irrigação e aquisição de pequenos equipamentos agrícolas (carrinho de mão, pá, enxada). Uma família investiu no cercado e construção de galinheiro. Em apenas uma dessas famílias o referido Programa contribuiu de forma notória para a melhoria da produção de alimentos para o autoconsumo. No que concerne à assistência técnica, cabe ressaltar que somente as quatro famílias assistidas pelo Programa Fomento às Atividades Rurais receberam informações técnicas para a produção de alimentos. Em apenas um caso a orientação se dava antes da implementação do mesmo.

7 Considerações finais

As famílias pobres entrevistadas adotam diversas estratégias de aprovisionamento de alimentos, com destaque para quatro mecanismos: i) produção tanto em áreas rurais quanto no perímetro urbano; ii) aquisição em mercados que permitem o pagamento a prazo; iii) empréstimo, troca e doação junto a familiares e/ou vizinhos; e iv) doação de empregadores, igrejas e prefeituras. A produção de alimentos é um mecanismo de aprovisionamento possível para 41 das 67 famílias consideradas neste estudo, embora todas possuam restrições em relação aos cultivos ou criações de animais. Isso se deve à falta ou ao acesso precário a terra, a baixa fertilidade dos solos agricultáveis, a restrição em relação a equipamentos e instalações agrícolas e, sobretudo, a frágil autonomia sobre o uso

da terra da parte de famílias que dependem da cedência de pequenas áreas de parentes e vizinhos.

Todas as famílias adquirem alimentos nos mercados. Dada às restrições financeiras devido à sazonalidade do trabalho, desemprego, desestruturação familiar, gastos com saúde, ou algum outro imprevisto, a compra em mercados próximos do local de residência, cujos proprietários permitem o pagamento a prazo e, por vezes, a troca com alimentos produzidos, é recorrente. Essa prática acarreta privações às famílias pobres, no que concerne a pesquisa de preços, escolha de produtos, bem como de sua qualidade.

As trocas de recursos com familiares e vizinhos e a doação de "cestas básicas" de empregadores, igrejas e prefeituras complementam mecanismos de acesso a alimentos. Essas práticas de reciprocidade se constituem em importantes estratégias de reprodução social para as famílias pobres e a garantia de que não vão passar fome.

O conjunto de políticas públicas implementado pelo Brasil a partir da década de 2000 levou o País a sair do Mapa da Fome. Para as famílias rurais pobres da região Oeste de Santa Catarina, significou melhoria no acesso aos alimentos. Isso se deve, em grande parte, ao fato dessas famílias terem sido assistidas basicamente por políticas sociais, com destaque para o PBF. Todavia, as distintas ações não foram suficientes para assegurar o aprovisionamento alimentar regular no que concerne a quantidade, qualidade e diversidade desejada.

Nenhuma família entrevistada comercializava alimentos por meio do PAA e PNAE. Mesmo as que foram assistidas pelo Programa Fomento às Atividades Rurais, não conseguiram produzir alimentos suficientes para o autoconsumo da família e comercialização do excedente. Ou seja, as políticas acessadas pelas famílias rurais pobres não foram suficientes para remover os principais condicionantes da pobreza e promover a segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, a inexistência de políticas públicas com potencial adequado para promover o acesso a mecanismos de inserção produtiva, com destaque para a terra, torna as demais ações públicas efêmeras, embora significativas do ponto de vista emergencial.

De maneira específica, o desmonte das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em curso na atualidade, bem como a extinção da participação no seu controle social, causam impactos negativos para a parcela pobre da população brasileira. Isso implica no aumento dos índices de pessoas que vivem em condição de pobreza e de pobreza extrema e, provavelmente, no retorno do Brasil ao Mapa da Fome. Cada vez mais pessoas ficarão privadas do direito humano à alimentação, garantido do art. 6º da Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em 24 fev. 2019.

BELIK, W.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10378.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013. 494 p.

CASTEL, R. La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffilliation. **Cahiers de recherche sociologique**, n. 22, p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://www.erudit.org/revue/crs/1994/v/n22/1002206ar.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CAZELLA, A. A. A multifuncionalidade agrícola num zona rural 'desfavorecida' : um estudo de caso na região serrana catarinense. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2003, p. 28-43.

CAZELLA, A. A. *et at*. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, SC, v. 15, Edição Especial, p. 49-79, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p49 >. Acesso em: 24 fev. 2018.

D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, n. 1, p. 141-2019, 1995.

CORTES, G. Migrations, systèmes de mobilité, espaces de vie : à la recherche de modèles. **Espace géographique**, v. 27, n. 3, p. 265-275, 1998. Disponível em: <www.persee.fr/doc/carav_1147-6753_2002_num_79_1_1372>. Acesso em: 20 maio 2017.

GRISA, C.; ZIMMERMANN, S. A. Estado e sociedade civil na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil: a construção do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). **Agroelimentaria**, Mérida, Venezuela, v. 21, n. 41, p. 17-36, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199243361002>. Acesso em: 18 jan. 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interações entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

_____. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 46 n. 2, p. 481-515, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a08.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Geociências**, Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **État de l'insécurité alimentaire dans le monde**. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030f.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica,** v. 4, n. 1, p. 25-59, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/lavinas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MACHADO, P. P. Conflitos sertanejos e Direito: Bacharéis e rábulas durante da Guerra do Contestado (1912-1916). In: **5º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2012, Belém, Anais Eletrônicos. Belém, PA, 2012, 16 p. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Conflitos%20sertanejos%20e%20Direito%20Bachar%C3%A9is%20e%20r%C3%A1bulas%20durante%20da%20Guerra%20do%20Contestado.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi.** Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 22, p. 178-186, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00178.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2014.

MALUF, R. S., MENEZES, F., MARQUES. S. B. Caderno 'Segurança Alimentar'. In: CONSEA. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2017, 52 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019>. Acesso em: 14 ago. 2017

MALUF, R. S. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão sócioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v. 19, p. 57-88.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 174 p.

MARIANO, S. A., CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-907, 2009. Disponível

em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300018/12147>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MATTEI, L. Pobreza e política de desenvolvimento territorial: noções metodológicas de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v. 19, p. 89-123.

MELO, D. N. **Regularização fundiária em zonas rurais**: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina. 2015. 204 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. **Como funciona**. 2015a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acesso em: 04 mar. 2019.

_____. **Acesso a educação e saúde**. 2015b. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude/acesso-a-educacao-e-saude>. Acesso em: 19 fev. 2019.

_____. **Programa Fomento**. 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-fomento>. Acesso em: 05 out. 2018.

NÖTZOLD, A. L. V. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003. 99 p.

PACÍFICO, D. A. **A territorialização da ação pública**: de traduções e de controvérsias na análise do Plano Brasil Sem Miséria no norte do estado de Minas Gerais. 2016. 283 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

PODELESKI, O. S. **Estratégias de reprodução social de populações remanescentes do Contestado**: o caso da comunidade de Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina. 2014. 157 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 241 p.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2 ed., 2006. 250 p.

_____. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. Cadernos do CEOM, Chapecó, SC, n. 7, p. 37-71, 1991.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed., Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 244 p.

ROVER, O. J. Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, SC, n. 30, p. 101-117, 2009.

Sabourin, E. **Sociedades e organizações camponesas:** uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 270 p.

SÉLIMANOVSKI, C. **La frontière de la pauvreté**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. 294 p.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Editora Ecord, 2. ed., 2008. 297 p.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SOARES, S., *et al*. **Perfil da pobreza**: Norte Nordeste rurais. Estratégia do FIDA para o Brasil 2016-2021 e Série de Estudos sobre a Pobreza Rural. 2016, 41 p. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

TECCHIO, A, CAZELLA, A. A., MATTEI, L. Estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado (SC). **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 32, n. 2, p. 68-81, 2011. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_272.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

TECCHIO, A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro**: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC). 2012. 183 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

_____. **Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181-235.

TOWNSEND, P. What is Poverty? An historical perspective. **UNDP**: International Poverty Centre, Poverty in Focus, p. 5-6, 2006. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. **Conceptualising Poverty**. 1993. Disponível em: <http://adatbank.transindex.ro/html/cim_pdf380.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.

VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região Contestado nas primeiras décadas de século XX. In: **Simpósio Nacional de História - ANPUH**, 26, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos do XXVI Simpósio da ANPUH, São Paulo, 2011. 14 p. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308581578_ARQUIVO_ANPUHValentiniRadinDOC3.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. In: MACHADO, P. P. et al., 2012 (Org.). **Simpósio Nacional do Centenário do Movimento do Contestado:** História, Memória, Sociedade e Cultura no Brasil Meridional, 1912-2012, 2012, Pelotas. Anais da sessão Pelotas, RS, Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012. p. 52-75.

VIANNA, A. **Organização social e ação política do campesinato**: O caso da 'invasão' da Fazenda Annoni. Comunicação nº 15, Museu Nacional, UFRJ, 1989.

Andréia Tecchio. Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ - 2017), com Doutorado Sanduíche (por um período de 12 meses) na Unité Mixte de Recherche 5281 Acteurs, ressources et territoires dans le développement (ARTDev), na Université de Montpellier 3, em Montpellier/França. Mestra em Agroecossistemas pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, na Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC - 2012). Especialista "Latu Sensu" em Movimentos Sociais e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - 2006). Engenheira Agrônoma pela UFSC (2002). Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). deiatecchio@yahoo.com.br

Ademir Antonio Cazella. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). Graduado em Agronomia pela UFSC (1986), com mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (1992) e doutorado em Ordenamento Territorial junto ao Centre d'Etudes Supérieures d'Aménagement -Tours/França (2000). cazella@ufsc.com

Eric Pierre Sabourin. Graduação em Agronomia Tropical e Economia Rural pelo Institut Supérieur Technique d'Outre Mer Le Havre (1978), mestrado em Antropologia e Etnologia pela Université de Paris VII Denis Diderot (1979), mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, (1981) e doutorado em Antropologia e Etnologia pela Université de Paris VII - Denis Diderot (1982). E pesquisador titular em antropologia e sociologia rural do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), Dep. Meio Ambiente e Sociedade, na Unidade Mista de Pesquisa ART-Dev "Atores, Recursos, Territórios no Desenvolvimento". É professor colaborador no programa MADER da FUP UnB desde 2015, professor visitante na UnB no Centro de Desenvolvimento Sustentavel- CDS, desde novembro de 2016. eric.sabourin@cirad.fr

Geneviève Cortes. Doutora em Geografia. Professora da Université Paul Valéry Montpellier 3. genevieve.cortes@univ-montp3.fr

Submetido em: 08/03/2019 **Aprovado em: 20/07/2019**

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Andréia Tecchio
- Elaboração dos conceitos sobre pobreza e segurança alimentar e nutricional;
- Elaboração da contextualização sobre a formação social e espacial da região Oeste de Santa Catarina;
- Participação das três etapas da pesquisa de campo;
- Autora das fotografias;
- Análise das informações obtidas nas três etapas da pesquisa de campo;

- Elaboração e redação do texto do artigo, com co-apresentação de versão preliminar em evento científico (AgriUrb- Porto Alegre);
- Seleção de referências bibliográficas.

Ademir Antonio Cazella
- Participação e análise das informações obtidas em uma etapa da pesquisa de campo;
- Elaboração e redação do texto do artigo, com co-apresentação de versão preliminar em evento científico (AgriUrb- Porto Alegre);
- Seleção de referências bibliográficas.

Eric Sabourin
- Participação e análise das informações obtidas em uma etapa da pesquisa de campo;
- Elaboração e redação do texto do artigo, com co-apresentação de versão preliminar em evento científico (AgriUrb- Porto Alegre);
- Elaboração e redação do texto do artigo;
- Seleção de referências bibliográficas.

Geneviève Cortes
- Participação e análise das informações obtidas em uma etapa da pesquisa de campo;
- Elaboração e redação do texto do artigo, com co-apresentação de versão preliminar em evento científico (AgriUrb- Porto Alegre);
- Elaboração e redação do texto do artigo;
- Seleção de referências bibliográficas.